



ANO 14 Nº 3
Março de 2005

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

O déficit da Previdência e a proposta de nova reforma

Em 2004, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo INSS, registrou um déficit de 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a R\$ 32 bilhões correntes. A situação, classificada como explosiva pela mídia e por setores que propõem reformulações na Previdência Social, persiste há vários anos.

O Ministério da Previdência Social pondera que, embutida na política geral do RGPS, existe uma série de políticas específicas, como: (a) uma política de renúncias previdenciárias, que cumpre funções de relevância para a sociedade e que, em 2003, alcançou um montante equivalente a 53,56% do déficit do RGPS; (b) uma política de distribuição de renda por meio de aumentos reais concedidos ao salário mínimo; (c) uma política de transferência de renda da área urbana para a rural.

No início desse ano, logo após o anúncio do resultado das contas da Previdência, o jornal **Folha de São Paulo** anunciava a vinda ao Brasil, no mês de março, de uma equipe do Fundo Monetário Internacional (FMI), com a finalidade de detectar “ralos” na Previdência. O objetivo do FMI seria o de contribuir com o Governo brasileiro para acabar com as fraudes na Previdência e principalmente propor novas reformas no sistema de aposentadorias do RGPS, centrado na necessidade de elevar o tempo de contribuição do trabalhador ou reduzir o valor dos benefícios para controlar o déficit.

A nova proposta de reforma previdenciária sugerida pelo FMI não chega a ser novidade: formulação semelhante foi objeto de um estudo do IPEA de outubro de 2004. Segundo o estudo, em 2004, o déficit previdenciário foi de 5,3% do PIB, sendo que 3,6% do PIB foram do regime dos servidores das três esferas do Governo. Nesse sentido, está correta a estratégia do Governo Lula em operar mudanças, no curto prazo, no regime de previdência dos servidores públicos.

Salienta, porém, que os principais problemas previdenciários da segunda metade da década de 90 e do começo da década atual se concentram no RGPS, pois a despesa previdenciária dos entes estatais ficou praticamente estabilizada entre 1996 e 2004, enquanto a do INSS cresceu mais de dois pontos em relação ao PIB, no mesmo período.

A proposta de reforma do RGPS, que implicaria mudanças graduais a partir de 2010 até 2020, teria os seguintes pontos: (a) adoção, em 2010, de uma idade mínima para aposentadoria, sendo de 55 anos para os homens e de 51 anos para as mulheres; (b) elevação gradual da idade mínima até atingir 65 anos para homens e 63 anos para mulheres em 2020; (c) redução da diferença entre homens e mulheres referente aos anos requeridos para aposentadoria, sendo que, em 2020, o tempo de contribuição mínimo seria de 35 anos para os homens e de 33 anos para as mulheres; (d) redução gradual, até a sua eliminação, da diferença entre professores e não-professores referente aos anos requeridos para aposentadoria; (e) redução gradual do bônus concedido às mulheres e aos professores para efeito da contagem de tempo de serviço no cálculo do fator previdenciário; (f) desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo. É importante frisar que o fator previdenciário continuaria em vigência.

Os críticos da proposta da nova reforma do RGPS argumentam que, além de socialmente injusta, ela não garante o equilíbrio financeiro do sistema, porque subestima a receita, na medida em que ignora a importância do aumento do número de contribuintes, e, além disso, esses críticos sustentam que os princípios da seguridade social previstos na Constituição permitem financiar o sistema previdenciário sem déficit.

Déficit da Previdência Social no Brasil — 1995-04

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
INSS	0,0	0,1	0,3	0,7	1,0	0,9	1,1	1,2	1,8	1,7
Receita	5,0	5,2	5,1	5,1	5,0	5,1	5,2	5,3	5,3	5,6
Despesa	5,0	5,3	5,4	5,8	6,0	6,0	6,3	6,5	7,1	7,3
Servidores	2,8	3,7	3,4	3,7	3,7	3,9	4,2	4,0	3,8	3,6
Receita	1,0	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,5	0,7
Despesa	3,8	4,4	4,1	4,4	4,4	4,5	4,8	4,6	4,3	4,3
Total	2,8	3,8	3,7	4,4	4,7	4,8	5,3	5,2	5,6	5,3
Receita	6,0	5,9	5,8	5,8	5,7	5,7	5,8	5,9	5,8	6,3
Despesa	8,8	9,7	9,5	10,2	10,4	10,5	11,1	11,1	11,4	11,6

FONTE: Ministério da Fazenda e Ministério da Previdência Social.

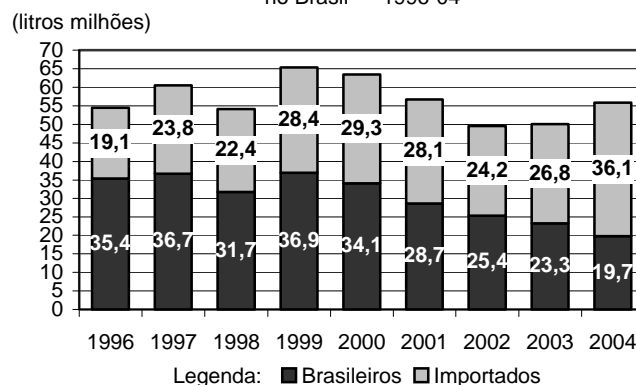
Calino Pacheco Filho (FEE/NIS)

Vinhos finos importados: cresce sua participação no Brasil

Analisando-se o período 1996-04, vê-se que a comercialização, no Brasil, de vinhos finos — aqueles produzidos com uvas européias de melhor qualidade — pouco se alterou. Entretanto, ao subdividi-lo em dois subperíodos, verifica-se que houve um maior incremento da comercialização de vinhos finos até 1999, devido, principalmente, ao elevado crescimento das importações, que atingiram a taxa média anual de 14,1%, muito acima daquela dos vinhos brasileiros (1,4%). Já de 2000 a 2004, o decréscimo da comercialização de vinhos finos ocorreu pela diminuição média de 12,8% ao ano nos vinhos brasileiros, uma vez que as importações apresentaram uma taxa média anual de variação de 5,4%. Como decorrência, verificou-se um incremento na participação dos vinhos finos importados no total comercializado no Brasil, que passou de 35% em 1996 para 64,6% em 2004. Esse comportamento pode ser, em parte, explicado pelo reduzido preço dos importados em relação ao nacional de mesma qualidade, tendo em vista o excesso de oferta do produto no mercado mundial, a compra de vinhos importados de baixa qualidade e as menores cargas tributárias na origem do que no Brasil. Mais recentemente, a valorização do real também vem contribuindo para o aumen-

to das importações de vinho. Essa situação se refletiu significativamente na indústria vinícola brasileira e, em especial, no Estado — que produz mais de 90% desse vinho — pelo aumento da concorrência no mercado interno.

Comercialização de vinhos finos importados e nacionais no Brasil — 1996-04



FONTE: Uvibra.

Sônia Unikowsky Teruchkin (FEE/NERI)

Soja gaúcha avança sobre áreas de milho e de pecuária

A partir de 2001, em função de excepcionais condições de mercado, ocorreu no Brasil um aumento considerável da área plantada de soja. Só no Rio Grande do Sul, entre 2001 e 2003, houve um acréscimo de 615 mil hectares em novas plantações. Como o Estado não possui áreas novas a serem incorporadas, esse aumento se deu em áreas antes destinadas a outros segmentos de produção agropecuária.

Das 12 microrregiões que apresentaram as maiores variações de área plantada de soja, seis delas são consideradas regiões tradicionais de produção, casos de Cruz Alta, Passo Fundo, Santo Ângelo, Ijuí, Carazinho e Erechim. Nessas microrregiões, o acréscimo de áreas da oleaginosa deu-se a partir da diminuição da área destinada a outras culturas, notadamente a do milho.

A soja também se alastrou para microrregiões não tradicionais em seu cultivo, situadas mais ao sul do Estado, como Santiago, Campanha Ocidental, Santa Maria, Vacaria (esta localizada no norte), Cachoeira do Sul e Campanha Central, zonas que se destacam muito mais pela pecuária e pela produção de arroz. Somente essas seis microrregiões responderam por 43% do crescimento da área de soja no RS. Como, nesse caso, não houve grande incorporação de áreas de milho, o que deve ter ocorrido foi um avanço da soja sobre cam-

pos antes usados para a pecuária, uma vez que as plantações de arroz não sofreram perdas de área.

Variação da área de soja e de milho em microrregiões gaúchas selecionadas — 2001-03

(ha)

MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS	VARIÇÃO DA ÁREA	
	Soja	Milho
Cruz Alta	61 570	-23 300
Passo Fundo	41 454	-32 624
Santo Ângelo	32 200	-25 210
Ijuí	27 147	-30 680
Carazinho	24 405	-23 620
Erechim	21 425	-17 739
Santiago	71 700	-10 920
Campanha Ocidental	51 565	-290
Santa Maria	47 150	-1 090
Vacaria	41 299	5 150
Cachoeira do Sul	28 760	800
Campanha Central	24 560	600
Total do RS	615 472	-259 186

FONTE: IBGE.

Martinho R. Lazzari (FEE/NEA)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

Mulheres com 40 anos ou mais conquistam maiores rendimentos

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) mostram que os diferenciais de rendimentos entre os sexos podem bem ilustrar a maior fragilidade de inserção da força de trabalho feminina no mercado de trabalho. Ainda que a remuneração percebida pelas mulheres seja tanto maior quanto mais idade elas tiverem, observa-se que as diferenças entre os sexos são bem mais expressivas quanto mais madura for a mulher. Assim, o rendimento médio percebido pela força de trabalho feminina com idade de 40 anos ou mais correspondia, em 2004, a 70,0% (R\$ 844) do obtido pelos homens (R\$ 1.205), enquanto, para o grupo das mulheres menores de 40 anos, essa proporção correspondia a 78,9%.

Todavia essas diferenças reduziram-se, uma vez que, no período 1993-04, as mulheres com 40 anos ou mais tiveram um aumento de 12,2% nos seus rendimentos, ao passo que

os homens nessa faixa etária tiveram uma redução de 8,3%. Tal resultado ficou por conta apenas do comportamento dos rendimentos entre as mulheres adultas mais escolarizadas, com ensino superior completo, as quais obtiveram um aumento de 18,3% nos seus rendimentos face a uma redução de 13,7% entre os homens, no mesmo período. Já com relação aos outros níveis de escolaridade, ocorreram diminuições para os rendimentos de ambos os sexos.

Note-se, contudo, que esse resultado positivo não exclui a situação de desvantagem que ainda permanece para as mulheres, ou seja, embora se evidencie uma progressiva inserção de mulheres mais maduras e mais escolarizadas no mercado de trabalho, ocupando postos de emprego similares àqueles ocupados pelos trabalhadores masculinos, continua a persistir as diferenças salariais entre os gêneros.

Rendimento médio dos ocupados por sexo, segundo a idade e a escolaridade, na RMPA — 1993 e 2004

IDADE E ESCOLARIDADE	1993		2004	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
40 anos ou mais	752	1 314	844	1 205
Sem escolaridade e ensino fundamental incompleto	406	801	396	687
Ensino fundamental completo (1)	732	1 323	517	917
Ensino médio completo (2)	1 173	1 967	907	1 501
Ensino superior completo	1 777	3 321	2 102	2 866
Menos de 40 anos	673	951	639	810

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Valores em reais de jan./05.

(1) Inclui o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto. (2) Inclui o ensino médio completo e o ensino superior incompleto.

Norma Herminia Kreling (FEE/PED)

Desempenho e perspectivas do setor calçadista

Ao longo de 2004, a indústria gaúcha registrou elevações expressivas nos patamares de produção, impulsionadas pelo agronegócio e pelas exportações, com destaque para as vendas externas de produtos de fumo e de veículos automotores. Nos últimos meses desse ano, no entanto, o comportamento dos principais indicadores do nível de atividade produtiva mostrou uma desaceleração no ritmo de crescimento, sem, contudo, comprometer a *performance* do setor industrial, cujo indicador anual alcançou a taxa de 6,4%.

A produção de calçados e de artigos de couro, com uma participação importante na estrutura industrial e na pauta de exportações gaúcha, influenciou de modo desfavorável o comportamento da indústria gaúcha em 2004. Sua trajetória de queda só foi interrompida nos dois últimos meses do ano, tendo alcançado uma taxa apenas levemente positiva no acumulado do ano (0,7%).

Embora seja observada uma recuperação das exportações desse segmento, a apreciação cambial iniciada em agosto de 2003 — explicada não só pelas constantes desvalorizações do dólar frente ao euro e pela redução do Risco-País, mas sobretudo pela elevação da taxa de juros doméstica — vem comprometendo a rentabilidade das empresas calçadistas e, em consequência, os volumes de produção.

As perspectivas para 2005 do segmento produtor de calçados e artigos de couro não são favoráveis, tendo em vista as últimas elevações da taxa Selic e, principalmente, a sinalização de que aumentos adicionais poderão ocorrer, o que já tem motivado alterações nas previsões de crescimento da rentabilidade e da produção realizadas no início do ano.

Taxa de crescimento acumulada da produção física e das exportações de calçados e artigos de couro no Rio Grande do Sul — 2002-04

ANOS E MESES	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		CALÇADOS E ARTIGOS DE COURO	
	Produção Física		Produção Física	Exportações
2002	1,40		1,79	-11,13
2003	-0,35		-4,43	-0,78
2004	6,39		0,69	11,48
Jan.-mar.	4,60		-5,31	7,38
Jan.-jun.	6,24		-6,74	6,20
Jan.-set.	7,68		-3,05	10,96

FONTE: PIM-PF/IBGE.

MDIC/SECEX.

NOTA: Os dados têm como base o mesmo período do ano anterior.

Maria Lucrecia Calandro (FEE/NEI)

Persistência das desigualdades regionais no RS

A tendência à estagnação econômica em vários recortes do território gaúcho ao mesmo tempo em que outros apresentam trajetórias de prosperidade tem despertado a atenção da sociedade sul-rio-grandense. Em função disso, foram criados diversos organismos (Coredes, secretarias no Executivo e comissões na Assembléia Legislativa), com a finalidade de encaminhar soluções para o problema das desigualdades regionais.

Imaginar que o crescimento possa ocorrer uniformemente ao longo do território é, no mínimo, uma ingenuidade, pois os espaços econômicos são diferenciados, devido às assimetrias próprias da organização capitalista de produção. O problema passa a existir quando esses diferenciais são elevados, assumindo um caráter “endêmico” na senda de uma persistente trajetória de ampliação temporal do hiato de renda.

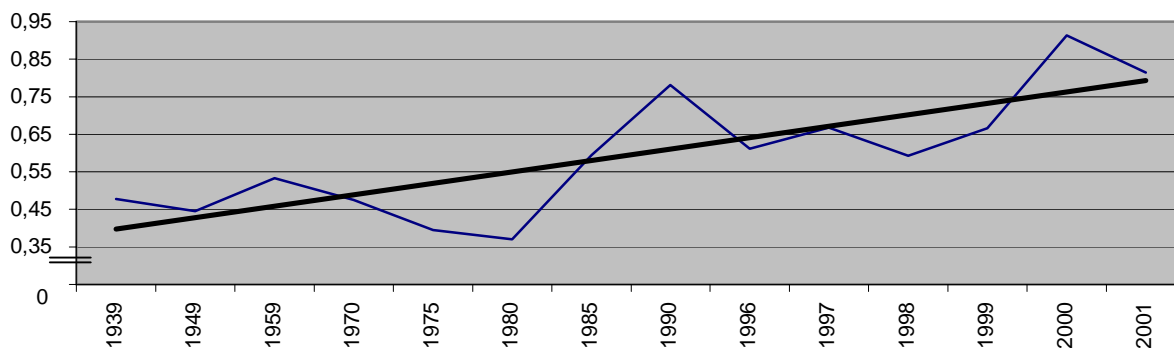
A medida de desigualdade (coeficiente Vw de Williamson) calculada para os municípios do Estado, numa série que cobre seis décadas, revela períodos de convergência alternados com outros que apontam um alargamento das disparidades de renda. O que é relevante nesse caso é a linha tendencial, que aponta uma elevação de Vw, o que significa um agravamento persistente do quadro de desigualdades regionais no Estado.

A dinâmica das desigualdades regionais revela que os elementos que causam, de um lado, alta *performance* e, de outro, estagnação econômica nas regiões estão enraizados nas respectivas estruturas econômicas regionais. O

enraizamento desses fatores (poupança regional, capital humano e social, infra-estrutura, localização, ambiente natural e externalidades, dentre outros) estimulantes do desenvolvimento econômico é um fato essencial, porque assegura às regiões que os têm respostas às demandas interna e externa, que resultam em elevação do emprego e da renda. O problema maior nas regiões pobres é a baixíssima frequência desses elementos estimulantes da expansão econômica regional. Não seria exagero considerar que os fatores que impedem ou freiam o dinamismo nas regiões de baixa renda foram cristalizados, em grande medida, pelo imobilismo da classe dominante regional.

Disso tudo, pode-se inferir uma conclusão central nessa reflexão: as forças de mercado, por si só, não serão capazes de conduzir os padrões de renda para uma trajetória de convergência no longo prazo. Nesse sentido, longe estamos de atingir o “paraíso”. É necessário, portanto, um esforço articulado entre o setor público (Estado e municípios) e a sociedade civil organizada, tendo como **objetivo prioritário** a (re)dinamização das regiões empobrecidas. O que deve presidir esse esforço é a promoção da coesão social, a reanimação do potencial endógeno regional, a recuperação da rede urbana e a elevação do padrão educacional local, incluindo a meta de eliminação radical do analfabetismo. Essas são as condições básicas para construir, no médio e no longo prazo, uma consistente trajetória de convergência das rendas regionais no Rio Grande do Sul.

Coeficiente de desigualdade (Vw) no RS — 1939-2001



FONTE: FEE/NERU.

José Antônio Fialho Alonso (FEE/NERU)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 18.03.05).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.